

EDUCAÇÃO, POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL

A iniciativa EPDS
na Universidade de
Brasília (2017-2018)

Volume 2: Mediações

Organização:

Alexandre Simões Pilati
Cynthia Bisinoto
Leila D'Arc de Souza
Natalia de Souza Duarte

EDITORA



UnB



Universidade de Brasília

Reitora
Vice-Reitor

Márcia Abrahão Moura
Enrique Huelva

EDITORA



UnB

Diretora

Germana Henriques Pereira

Conselho editorial

Germana Henriques Pereira
Fernando César Lima Leite
Beatriz Vargas Ramos Gonçalves de Rezende
Carlos José Souza de Alvarenga
Estevão Chaves de Rezende Martins
Flávia Millena Biroli Tokarski
Izabela Costa Brochado
Jorge Madeira Nogueira
Maria Lidia Bueno Fernandes
Rafael Sanzio Araújo dos Anjos
Verônica Moreira Amado

EDUCAÇÃO, POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL

A iniciativa EPDS
na Universidade de
Brasília (2017-2018)

Volume 2: Mediações

EDITORA



UnB

Coordenadora de produção editorial
Diagramação

Equipe editorial

Luciana Lins Camello Galvão
Wladimir de Andrade Oliveira

© 2019 Editora Universidade de Brasília

Direitos exclusivos para esta edição:
Editora Universidade de Brasília
SCS, quadra 2, bloco C, nº 78, edifício OK,
2º andar, CEP 70302-907, Brasília, DF
Telefone: (61) 3035-4200
Site: www.editora.unb.br
E-mail: contatoeditora@unb.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte
desta publicação poderá ser armazenada ou
reproduzida por qualquer meio sem a autorização
por escrito da Editora.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília

E24 Educação, pobreza e desigualdade social : a iniciativa EPDS na
Universidade de Brasília (2017-2018) [recurso eletrônico] /
organização: Alexandre Simões Pilati ... [et al.]. – Brasília :
Editora Universidade de Brasília, 2020.
2 v.

Formato PDF.

v. 1. Reflexões – v. 2. Mediações.

ISBN 978-65-5846-048-0 (v. 1)

ISBN 978-65-5846-049-7 (v. 2)

1. Educação. 2. Desigualdade social. 3. Pobreza. 4.
Universidade. I. Pilati, Alexandre Simões (org.).

CDU 37.014

SUMÁRIO

PREFÁCIO

9

**DOS AFETOS DA
INICIATIVA EPDS**

Natalia de Souza Duarte

APRESENTAÇÃO

*Silvia Cristina Yannoulas
Camila Potyara Pereira*

17

CAPÍTULO 1

24

**A PERCEPÇÃO
DOS DOCENTES E
DAS ESTUDANTES
BENEFICIÁRIAS
DO PBF ACERCA
DOS FENÔMENOS
DA POBREZA E
DESIGUALDADE SOCIAL
NO IFG/ÁGUAS LINDAS:
RELAÇÃO TEORIA E
PRÁTICA NO ÂMBITO DO
CURSO EPDS/UNB**

*Flávia de Souza Brito
Rafael de Melo Monteiro
Rafaela Nunes Marques*

CAPÍTULO 2

**ESCRITA CRIATIVA À
MODA FRIDA 52**

*Inês Vargas Marques
Leila D'Arc de Souza*

CAPÍTULO 3

**79 (SOCIO)EDUCAÇÃO,
POBREZA E
DESIGUALDADE
SOCIAL**

*Mauro Gleisson de Castro
Evangelista*

CAPÍTULO 4

**JUVENTUDE E POBREZA:
CONSCIÊNCIA CRÍTICA
SOBRE OS MITOS E A
REALIDADE DO PBF 112**

*Suzana Medeiros de Souza Aguiar
Luciana Campos de Oliveira Dias*

CAPÍTULO 5

**133 CORRELAÇÕES
ENTRE CIDADANIA,
POBREZA, EDUCAÇÃO
E PESSOAS COM
DEFICIÊNCIA**

*Andreia Pereira de Souza Gonçalves
Fábia Carvalho de Oliveira
Samir Almeida Santos*



155

CAPÍTULO 6

**UM OLHAR SOBRE AS
DESIGUALDADES SOCIAIS:
INTERVENÇÃO JUNTO
ÀS JUVENTUDES DE
PERIFERIA DO DISTRITO
FEDERAL**

Mariana Ribeiro Gomes Camargos

CAPÍTULO 7

**A POBREZA E SUAS
IMPLICAÇÕES NO
DESLOCAMENTO
INTERURBANO DIÁRIO
DE ESCOLARES**

*Anette Lobato Maia
Maria Célia Orlato Selem*

173

CAPÍTULO 8

197 IDENTIDADE PERIFÉRICA

*Fátima Correia Lopes
Fábio William da Silva Pereira*

CAPÍTULO 9

**O IMPACTO DA
POBREZA NA
PRECARIZAÇÃO DO
TRABALHO DOCENTE**

Rafael Ayan

224

APÊNDICE – QUESTIONÁRIO 249

CAPÍTULO 10

**PARTICIPAÇÃO DA
CRIANÇA BENEFICIÁRIA
DO PROGRAMA BOLSA
FAMÍLIA NAS ATIVIDADES
ESCOLARES: UMA ANÁLISE
PARA ALÉM DA SALA E DA
AULA**

255

Danielle Atta

CAPÍTULO 11

284 **DESENVOLVIMENTO
HUMANO, POBREZA
E DESIGUALDADE
SOCIAL NA INFÂNCIA
E ADOLESCÊNCIA**

Izete Santos do Nascimento

CAPÍTULO 1

A PERCEPÇÃO DOS DOCENTES E DAS ESTUDANTES BENEFICIÁRIAS DO PBF ACERCA DOS FENÔMENOS DA POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL NO IFG/ÁGUAS LINDAS: RELAÇÃO TEORIA E PRÁTICA NO ÂMBITO DO CURSO EPDS/UNB

Flávia de Souza Brito¹

Rafael de Melo Monteiro²

Rafaela Nunes Marques³

A pobreza e a desigualdade socioespacial⁴ não são fenômenos exclusivos do Brasil. Ao contrário, atingem outras partes do mundo, como alguns países asiáticos (a Índia, por exemplo), boa parte do continente africano, além de outros países da América Latina. No entanto, nosso país, conforme estudo do

¹ Assistente social no IFG/Campus Águas Lindas. Mestranda em Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Brasília. flavia.brito@ifg.edu.br

² Professor de Geografia no IFG/Campus Águas Lindas. Doutor em Geografia pela UNESP/Presidente Prudente. rafael.monteiro@ifg.edu.br

³ Doutora em Educação pela Universidade de Brasília (UnB). Professora da SEDF e da Universidade Católica de Brasília (UCB). E-mail: rnunesmarques@gmail.com

⁴ Essa qualidade atribuída à desigualdade social intenta abranger a dimensão espacial da vida humana, entendendo que o espaço geográfico não é apenas substrato da ação humana, senão produto, meio e condição para as relações sociais. É necessário pontuar que as desigualdades sociais se materializam no espaço e se tornam visíveis na paisagem, como no caso da segregação socioespacial que observamos entre Brasília e Águas Lindas.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2017), configura-se como um dos mais desiguais do mundo. De forma estratificada, estes fenômenos se apresentam em todos os estados e em seus municípios, em maior ou menor proporção. Sendo a pobreza e a desigualdade um pano de fundo da realidade brasileira, desde a colonização portuguesa e a formação do nosso território, gestado pela violência, desterritorialização e escravização de indígenas e africanos, não há sequer um lugar que não sofra influência e que não precise dialogar sobre este tema transversal que se reflete em diversos problemas sociais, como a violência urbana, o medo de vivenciar a cidade, a corrupção, a fome, a segregação socioespacial, entre outros. Essa conjuntura social é reforçada por setores conservadores da mídia nacional e da opinião pública, conforme afirmam Rego e Pinzani (2014, p. 156-157):

No Brasil, é notória a hostilidade contra programas públicos de combate à pobreza por parte da mídia e da chamada opinião pública, que, na realidade, expressa a posição da classe média-alta, numericamente minoritária, mas poderosa como grupo social. Isso se junta ao fato de o Brasil exibir uma das maiores concentrações de renda no mundo.

Essa pobreza existe, persiste e está, também, no espaço formal de educação. Este espaço tem um relevante papel social, pois cria relações entre os sujeitos e a sociedade. Assim, possui a função de estabelecer um elo com a totalidade das relações num determinado contexto, levando em consideração todas as manifestações advindas do sistema econômico vigente. Isso significa que a escola apresenta contradições que a situam ora como espaço de reprodução das desigualdades sociais, ora como possibilidade de tensionar e de transformar as relações sociais pautadas na hierarquia e na exclusão, pois a educação, conforme sabemos, é amplamente considerada como instrumento para a saída do círculo vicioso da pobreza e da ausência de instrução.

De acordo com Leite (2015, p. 15-16), o modelo de escola e de cultura escolar proposto ainda hoje em nossa sociedade é hegemônico e surge com o nascimento

do Estado-Nação e com a necessidade de se ter uma única cultura circunscrita a um único território. Tal fator gera uma escola que, ao invés de acolher e ser igual para todos e todas, acaba por reproduzir e reforçar as desigualdades econômicas, sociais e políticas presentes em nossa sociedade. Para a autora, nessa perspectiva o processo de escolarização vem se convertendo, ao longo da história educacional brasileira, em um processo de aniquilamento de muitas culturas tradicionais, com suas formas distintas de pensar e viver o mundo, trazendo, como consequência, um rastro de violência e autoritarismo cultural e social.

No contexto desse tensionamento entre educação e pobreza e na emergência de se discutir questões com tanta relevância na sociedade contemporânea, surge a iniciativa “Educação, Pobreza e Desigualdade Social”, que, no âmbito da Universidade de Brasília (UnB), emerge como curso de aperfeiçoamento de caráter pioneiro. O Curso de Aperfeiçoamento Educação, Pobreza e Desigualdade Social (EPDS) é uma ação de formação continuada semipresencial, que resulta da cooperação entre a Universidade de Brasília (UnB) e a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) do Ministério da Educação (MEC). Por meio de debates, reflexões e atividades práticas, o curso teve como objetivo formar profissionais da educação básica e outros atores envolvidos com políticas sociais que estabelecem relações com a educação, a fim de romper com práticas escolares que reforçam a condição de pobreza e reproduzem as desigualdades sociais. Estruturada para atender inicialmente a 360 cursistas, a iniciativa causou grande impacto na capital federal. O curso iniciou com 474 cursistas formalmente matriculados, professores e profissionais das mais diversas áreas afins, moradores do Distrito Federal e do entorno goiano. Essa busca por formação específica na temática evidenciou tanto a preocupação dos/as profissionais em qualificar a sua atuação junto a crianças, jovens e adultos em situação de pobreza e/ou beneficiários/as de programas sociais, quanto a oportuna conjuntura política, econômica e social brasileira que urge refletirmos sobre o grande abismo social no qual nos encontramos.

Uma das atividades que envolviam, além da reflexão e estudo da temática, uma abordagem mais prática, foi a proposta do Projeto Interventivo (P.I.). O projeto interventivo, intitulado “A percepção dos/as docentes e das estudantes beneficiárias⁵ do PBF acerca dos fenômenos da pobreza e desigualdade social no IFG/Águas Lindas”, considerou que os/as docentes são “linha de frente” no espaço formal de educação, e que se faz necessário analisar o entendimento que eles/as têm diante da pobreza e da desigualdade social que se fazem presentes em sala de aula, investida na ampla presença de adolescentes e adultos que vivenciam a vulnerabilidade socioespacial. Dessa maneira, seus objetivos foram: compreender a percepção docente acerca dos fenômenos da pobreza e da desigualdade social entre os estudantes do Instituto Federal de Goiás/Campus Águas Lindas, no propósito de analisar se estes/as conhecem a realidade socioeconômica da escola e da região; os desafios pedagógicos relacionados a essas temáticas, e ao Programa Bolsa Família (PBF), além de traçar o perfil das estudantes beneficiárias do PBF, da Educação de Jovens e Adultos, que se configuram como grupo em maior situação de vulnerabilidade social. Conforme Pierre Bourdieu (2000), entendemos que elas são, em boa medida, desfavorecidas em suas formas de capitais: econômico (renda, patrimônio, bens materiais), cultural (conjunto das qualificações intelectuais produzidas pelo sistema escolar ou transmitidas pela família), social (conjunto de relações sociais que dispõe um indivíduo ou grupo) e simbólico (conjunto de boas maneiras, protocolo, ligado à honra, ao reconhecimento).

Neste capítulo, pretendemos explorar a aplicação do P.I. no âmbito do IFG/Águas Lindas e refletir sobre a relação teoria e prática no contexto do Curso EPDS.

⁵ Trataremos no feminino (beneficiárias) ao longo do texto, pois 62 dos 64 estudantes da EJA, que participaram da pesquisa, são mulheres e titulares do benefício. Os dois homens participantes fazem parte da composição familiar de beneficiárias, não sendo os titulares. Conforme a Lei 10.836/2004, o pagamento do benefício deve ser feito, preferencialmente, à mulher.

Percurso metodológico

O material didático do curso constituiu-se o primeiro alicerce teórico-metodológico tanto para a aplicação do P.I quanto para as reflexões oriundas deste e das muitas relações existentes entre educação, pobreza e desigualdade social. Ele está organizado em três módulos: O primeiro, a cargo de Arroyo (2015), trabalhou com o reconhecimento da pobreza e a visão moralista sobre ela. O segundo, escrito por Rego e Pinzani (2015), tratou das articulações entre pobreza e cidadania. O último módulo, de Leite (2015), trabalhou o contexto escolar como cenário de resistência/reprodução da pobreza. Os fóruns de discussão e as atividades práticas, como o memorial e a atividade reflexão-ação, suscitaram os primeiros delineamentos do referido P.I.

Projeto Interventivo: Contexto de aplicação

A escola em questão pertence à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Trata-se do Instituto Federal de Goiás, situado no município de Águas Lindas (Entorno do Distrito Federal). A Lei nº 11.892/2008⁶ considera que:

O fazer pedagógico dessas instituições [IFs], ao trabalhar na superação da separação ciência/tecnologia e teoria/prática, na pesquisa como princípio educativo e científico, nas ações de extensão como forma de diálogo permanente com a sociedade, aponta a decisão de romper com um formato consagrado, por séculos, de lidar com o conhecimento de forma fragmentada (MEC, 2010, p. 31).

Tendo como proposta a Educação Integral, articulando educação básica e formação técnica, ou seja, um processo educativo que pense o ser humano em

⁶ Essa lei institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências.

sua totalidade, em todas as suas dimensões (cognitiva, estética, ética, física, social e afetiva), retoma proposições de escolas-parque em tempo integral, pensadas e experimentadas por Anísio Teixeira no início do século XX. No entanto, no IFG/Águas Lindas, para que se concretize a educação integral, ainda há muito o que avançar; por exemplo, com o oferecimento contínuo de atividades formativas extracurriculares e extraclases. Em campo, há atividades promovidas pelo Grêmio Estudantil, pelo Coletivo LGBT Dandara dos Santos⁷ e eventos organizados pelos cursos de Análises Clínicas, Meio Ambiente, Vigilância em Saúde e Enfermagem (EJA).

O Campus Águas Lindas iniciou suas atividades em 14 de abril de 2014. Seu eixo tecnológico é Saúde e Ambiente, com cursos técnicos integrados ao ensino médio em tempo integral de Vigilância em Saúde, Análises Clínicas e Meio Ambiente, com turmas anuais. No período noturno, para a Educação de Jovens e Adultos, é ofertado o curso técnico integrado ao ensino médio em Enfermagem, com turmas semestrais. Recebe, por ano, aproximadamente, 150 novos/as estudantes. Atualmente, com 417 alunos/as, sendo 249 do Integral Integrado e 168 da Educação de Jovens e Adultos (SUAP/IFG, 2018). Em 2019 o Campus passa a ofertar o curso superior de Licenciatura em Ciências Biológicas.

É fundamental apontarmos a importância do IFG em Águas Lindas, diante do direito que a população tem de acessar uma educação pública, gratuita e de qualidade e perante as preocupantes condições de vida dos/as habitantes do município, cujas rotinas estão envolvidas em desumanizações sociais,

⁷ O Coletivo LGBT foi criado no dia 23 de novembro de 2016, a partir de uma iniciativa de alunos e servidores com disposição para discutir a temática. Essa necessidade se manifestou na época da ocupação do Campus Águas Lindas pelos estudantes, ocorrida alguns meses antes. Nesse período, em meio à luta, alguns LGBTs que dela participavam sofreram discriminação de alguns colegas que também estavam na ocupação. Diante disso, decidiram iniciar essa discussão ainda naquele momento e, posteriormente, ela resultou na criação do Coletivo. No início de 2017, seu nome teve o acréscimo de Dandara dos Santos, por causa do crime que vitimou a travesti Dandara em Fortaleza (CE). Desde sua criação o Coletivo já realizou várias atividades no Campus Águas Lindas, como palestras, rodas de conversa, exibição de filmes, entre outras.

territoriais, sexuais, étnico-raciais, lidando com a pobreza, a violência, a estigmatização, o desemprego, entre outros problemas. Não é incomum que moradores/as de Águas Lindas acreditem que o IFG é uma instituição particular e muitos/as desacreditam quando escutam que é pública, gratuita e tem colaboração financeira para a permanência dos estudantes. Muitos pensam que se trata de uma enganação, que futuramente será cobrado algum valor, ou seja, parecem não estar acostumados/as a pensar que os pobres têm direito de frequentar instituições públicas, gratuitas e de qualidade.

Isso talvez se explique pela constituição do município de Águas Lindas, antigo Parque da Barragem, emancipada em 1997 do município de Santo Antônio do Descoberto, ter, ao longo do tempo, recebido trabalhadores/as pobres, migrantes, cuja mudança para Águas Lindas teve a ver com o acesso a lotes e casas próprias, a um menor custo de vida, entre outros fatores. A formação histórico-geográfica de Águas Lindas (e do denominado “Entorno de Brasília”) se associa à exclusão econômica e à segregação socioespacial impostas pelo Distrito Federal (MELLO, 2013).

Águas Lindas é parte da Área Metropolitana de Brasília e da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE) e tem, conforme o Observatório do Mundo do Trabalho (2013), forte dependência do Distrito Federal para o acesso ao mercado de trabalho, às instituições de ensino, à formação profissional, aos equipamentos públicos e às relações comerciais, visto que uma parcela considerável da população aguaslindense se desloca todos os dias, via transporte coletivo ou veículos particulares, para Brasília, retornando ao final do dia ou do expediente (migração pendular). Este fluxo diário é permitido, ainda, pela existência da rodovia BR-070, que liga Águas Lindas e a Capital Federal.

A comparação entre alguns indicadores socioeconômicos de Águas Lindas e Brasília (abrangendo suas 31 regiões administrativas), recolhidos no *site* do IBGE, aponta para distintas condições de vida, de infraestrutura urbana, de

renda e emprego e de desenvolvimento humano municipal (IDHM). O quadro 1 sintetiza essas informações:

Quadro 1: Comparativo entre indicadores socioeconômicos de Águas Lindas (GO) e Brasília (DF)⁸

Indicador socioeconômico	Águas Lindas (GO)	Brasília (DF)
População (estimada para 2017)	195.810 pessoas	3.039.444 pessoas
Salário médio mensal (2016)	1,55 salários mínimos	5,30 salários mínimos
População ocupada (2016)	7,4%	45,9%
PIB* per capita (2015)	R\$ 8.248,15	R\$ 73.971,05
Esgotamento sanitário adequado (2010)	19%	87,9%
Urbanização de vias públicas (2010)	0,3%	57%
IDHM** (2010)	0,686	0,824

Elaborado pelos autores.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2018).

*Produto Interno Bruto

**Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

Há uma significativa diferença socioeconômica entre Águas Lindas e Brasília, considerando a média das 31 regiões administrativas que compõem o Distrito Federal, incluindo aquelas com níveis socioeconômicos menores, como a Cidade Estrutural, Ceilândia, Paranoá, Itapuã, São Sebastião, entre outras. Caso fizéssemos um recorte de região e comparássemos o Plano Piloto, o Park Way, o Lago Sul ou o Lago Norte com Águas Lindas, provavelmente teríamos

⁸ Outra fonte de dados importante sobre Águas Lindas é a Pesquisa Metropolitana por Amostra de Domicílios (PMAD), publicação da Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN). A mais atualizada contém dados do ano de 2015.

disparidades ainda mais assustadoras, como se estivéssemos na Noruega e, alguns quilômetros depois, chegássemos ao Congo⁹.

Público-alvo do Projeto Interventivo

O público-alvo do projeto interventivo foram os/as docentes efetivos/as e substitutos/as do Campus Águas Lindas (que são, atualmente, 46), com o propósito de entender a percepção que eles/as têm acerca da pobreza e da desigualdade social, que incide sobre seus/suas alunos/as, a influência desses fenômenos no processo educativo e seus conhecimentos sobre o Programa Bolsa Família e a presença de beneficiárias na instituição. Esse Projeto Interventivo teve várias versões que foram sendo aperfeiçoadas a partir de *feedback* contínuo entre cursistas e tutora. A princípio pensamos em trabalhar com as condicionalidades do Programa Bolsa Família e a relação dessas com a permanência dos/as estudantes da EJA na escola. Contudo, pensamos que uma pesquisa de maior envergadura deveria incluir também os discentes e fazer um recorte de gênero que nos foi salientado a partir da análise dos resultados. Avançando em relação ao P.I. inicial, com o intuito de esquadrihar um perfil socioeconômico, selecionamos, também, as beneficiárias do Bolsa Família que estão na Educação de Jovens e Adultos do Campus Águas Lindas (Curso Técnico em Enfermagem Integrado ao Ensino Médio) como participantes da pesquisa.

⁹ Há uma significativa distância entre os indicadores sociais da Noruega e do Congo. A título de breve ilustração, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) na Noruega é de 0,944 ao passo em que no Congo é de 0,591; a esperança de vida no país africano é de 62,3 anos e no país europeu é 81,6 anos; a população subnutrida no Congo representa 30,5% e na Noruega menos de 5%, entre outros dados (IBGE, 2018). O documentário “Noruega e Congo no centro do Brasil”, de Camila Muguruza e Jhady Arana, ao retratar o Lago Sul e a Cidade Estrutural demonstra que há tanto o Congo quanto a Noruega na Capital Federal. Valemo-nos de tal comparação para ousarmos dizer que entre Águas Lindas e algumas cidades do Distrito Federal também enxergamos disparidades tão contrastantes quanto Noruega e Congo.

Objetivos

- Objetivo Geral:

Compreender a percepção dos/as docentes e das estudantes beneficiárias do PBF acerca dos fenômenos da pobreza e desigualdade social no IFG/Águas Lindas.

- Objetivos Específicos:

- a. Evidenciar a temática “Pobreza e Desigualdade Social” como “pano de fundo” no município de Águas Lindas;
- b. Discutir a relação entre “Educação, Pobreza e Desigualdade Social” como um desafio pedagógico a ser revelado e enfrentado pelos/as docentes do IFG/Águas Lindas;
- c. Apresentar o perfil socioeconômico das estudantes beneficiárias do Bolsa Família que cursam a Educação de Jovens e Adultos no IFG.

Procedimentos metodológicos

Para o alcance dos objetivos propostos, foram adotados os seguintes procedimentos: para os/as docentes, elaboramos um questionário contendo 12 questões fechadas sobre a realidade socioeconômica do município e dos/as estudantes, a relação entre os problemas pedagógicos e a realidade dos/as alunos/as e suas considerações sobre o Bolsa Família, a presença de beneficiários/as no IFG/Águas Lindas e as possíveis influências deste programa no processo educativo. Contou-se com a participação de 32 professores/as, de um total de 46, o que significa uma amostra de 70%. Os/as professores/as foram contatados/as pessoalmente, pelos/as pesquisadores/as, sendo que alguns participaram respondendo via e-mail ao questionário, uma vez que não foi possível acioná-los fisicamente.

Com as discentes, beneficiárias do PBF, adotamos os seguintes procedimentos: Elaboramos e aplicamos um questionário contendo 29 questões fechadas e abertas, abrangendo itens do perfil sociodemográfico (local de habitação, prática religiosa, etnia/cor, idade, rendimentos, entre outros) e do Bolsa Família (tempo de recebimento, valor recebido, usos do dinheiro, avaliação do programa, preconceitos enfrentados pela condição de beneficiária, entre outros). Ao todo, nessa modalidade de ensino, há 86 estudantes, majoritariamente mulheres, que recebem o benefício, sendo que 64 delas (74% do total) contribuíram com esta pesquisa. Essas informações nos permitiram organizar, analisar e sistematizar os resultados ora apresentados.

Resultados dos questionários

Questionário Docente

O questionário foi respondido por 32 docentes, o que equivale a uma amostra de 70%, já que o Campus conta com 46 professores/as. Assim, podemos considerar uma amostragem significativa da percepção dos/as professores do IFG/Águas Lindas.

Para melhor apresentação da percepção docente, as respostas foram estruturadas em três eixos principais: a) noção da realidade socioeconômica de Águas Lindas e dos/as estudantes do IFG; b) a relação entre os desafios pedagógicos e as condições de vida dos/as estudantes; e c) compreensão sobre o Programa Bolsa Família, a presença de seus beneficiários/as na escola e suas influências.

a) Noção da realidade socioeconômica de Águas Lindas e dos estudantes do IFG

Todos os/as docentes que aceitaram participar da pesquisa compreendem que, predominantemente, a população agualindense é pobre¹⁰ (44% - 14 respostas) ou extremamente pobre (56% - 18 respostas).

A mesma percepção dos/as docentes ocorre em relação aos/às estudantes, predominando um perfil socioeconômico baixo (63% - 20 respostas) e extremamente baixo (34% - 11 respostas). Houve uma resposta indicando ser mediano, correspondendo a 3%.

b) A relação entre os desafios pedagógicos e as condições de vida dos/as estudantes

Os problemas pedagógicos pontuados pelos/as docentes podem ser divididos em três eixos: problemas comportamentais e disciplinares, problemas na relação com o processo educativo e problemas associados à vulnerabilidade social. No primeiro caso, temos o desinteresse e a falta de atenção, o uso do celular nas aulas, as conversas paralelas, o desrespeito entre os/as colegas, as saídas constantes da sala de aula, a dificuldade em cumprir acordos estabelecidos com o/a professor/a, a incompreensão sobre a necessidade da rotina de estudos e o envolvimento com drogas.

¹⁰ O conceito de pobreza é extremamente complexo. A sociedade atual, através dos meios de comunicação, difunde uma compreensão moralista sobre a pobreza que a simplifica e a reduz a hipotéticas ausências de valores e atitudes inadequadas dos(as) pobres. No entanto, quando percebemos a pobreza em termos globais, vemos que ela precisa ser considerada em aspectos políticos e sociais na gestão, nas práticas educacionais e nos currículos, o que nos exige a consideração das vivências reais dos sujeitos – individuais e coletivos – empobrecidos (ARROYO, 2015). À medida que superarmos visões moralizantes e individuais da produção da pobreza, estaremos abertos a reconhecer que a pobreza e as desigualdades sociais, raciais e de gênero estão associadas ao padrão de poder-dominância-subalternização vigente na sociedade. Certos coletivos sociais, raciais e de gênero se perpetuam concentrando o poder, a renda, a terra, a riqueza, o conhecimento, a justiça, a força, enquanto os coletivos pobres são mantidos como subalternos e marginais (ARROYO, 2015 p. 16).

No segundo caso, sobressai a dificuldade de aprendizagem, por causa do baixo letramento linguístico e sociológico, dos problemas na escrita, da dificuldade em interpretar textos, decodificar e abstrair conceitos e conteúdos, somados à ausência de referenciais culturais, em termos de raciocínio lógico-matemático, história e literatura, por exemplo. Além disso, temos a problemática do intervalo de tempo que os/as estudantes ficaram fora da escola (principalmente na EJA, em que há pessoas que passaram mais de 20 anos longe da escola), a baixa escolaridade, a sobrecarga dos/as discentes e docentes, a dificuldade em lidar com propostas pedagógicas mais participativas, os limites da infraestrutura da escola devido, por exemplo, a ausência de ventiladores ou ar-condicionado, de materiais para serem utilizados nas aulas laboratoriais, entre outras.

No último caso, são notáveis a infrequência e o atraso dos/as estudantes por causa da falta de dinheiro, do transporte público e de problemas familiares; a rotina de trabalho, sobretudo dos/as adultos, fazendo com que os/as alunos cheguem bastante cansados na escola, visto que muitos trabalham no Distrito Federal e retornam para Águas Lindas, às vezes indo direto para o IFG. É preocupante, também, notar, em muitos/as estudantes, a falta de perspectiva de futuro e a incompreensão do sentido dos estudos, a necessidade de mais espaços de lazer e cultura no município e a impossibilidade de frequentar os campos de estágio por (outra vez) falta de dinheiro.

Felizmente, há uma compreensão, pela maioria dos/as docentes, de que as condições socioeconômicas dos/as estudantes influenciam nos problemas pedagógicos, pois, em uma escala de 0 a 10 (em termos desta influência, onde 0 significa nenhuma e 10 totalmente), a concentração das respostas restringiu-se às escalas 7, 8, 9 e 10 (87,5% - 28 respostas de um total de 32).

Além do mais, 97% dos/as docentes (31 respostas) responderam que é importante entender a realidade socioeconômica dos/as alunos/as, frente a 1 que não soube responder (3%). Todos/as os/as docentes destacaram que a sua prática pedagógica deve se articular com a realidade do município onde se situa o Campus Águas Lindas e 94% (30 respostas), ressaltou que é possível

relacionar sua disciplina com a realidade do município e dos/as alunos/as, diante de 6% (2 deles) que responderam que “depende do conteúdo”.

c) Compreensão sobre o Programa Bolsa Família, a presença de beneficiários/as na escola e suas influências

Por outro lado, há dúvidas em relação à presença de estudantes beneficiários/as do Programa Bolsa Família na instituição, sendo que 81% (26 respostas) acredita que há beneficiários/as e 19% (seis respostas) não soube responder.

Ao serem questionados/as sobre sua opinião acerca do Bolsa Família, obtivemos 69 respostas, uma vez que cada docente poderia apontar mais de um posicionamento acerca da questão. Assim, destacaram-se os seguintes posicionamentos (Quadro 2):

Quadro 2: Apontamentos sobre o PBF feitos pelos professores

O Bolsa Família é um direito social	35% - 24 menções
O PBF é uma política pública que, mesmo tendo suas contradições, deve ser mantida e ampliada	30% - 21 respostas
O benefício garante renda mínima regular às famílias	29% - 20 respostas
O recurso financeiro gera acomodação e permanência das pessoas no programa	3% - 02 respostas
O PBF é um favor do Estado	1% - 01 resposta
O PBF mantém votos para o governo	1% - 01 resposta

Elaborado pelos autores

Em relação à frequência escolar, 84% dos/as docentes (27 respostas) acredita que há um impacto do PBF na presença dos/as alunos/as na escola; 78% (25 respostas) imagina que há uma influência do recebimento do Bolsa Família na melhoria da aprendizagem dos/as alunos/as; e, em termos de relação professor(a)/aluno(a),

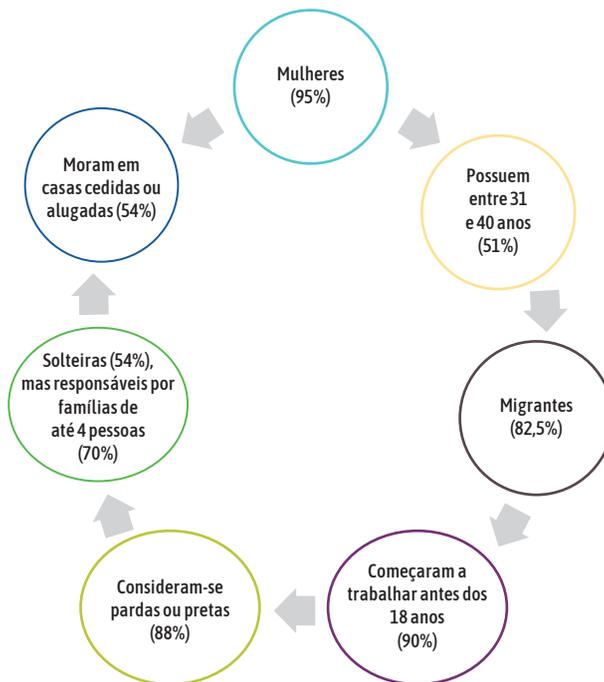
notamos maior nebulosidade nas respostas, pois para 53% dos/as docentes (17 respostas) o PBF influencia nesta relação, ao passo em que 28% (9 respostas) não soube responder e 19% (6 respostas) acredita que não há relação entre essas variáveis.

Questionário Discente

O questionário discente foi aplicado para 64 estudantes beneficiárias/os, quase unanimemente mulheres, do PBF pertencentes à Educação de Jovens e Adultos. Essa amostra representa 74% do total de alunos/as dessa modalidade, que conta com 86 estudantes que recebem o Bolsa Família.

A primeira parte do questionário aborda os dados sociodemográficos. Para expô-los optamos por traçar o perfil majoritário, exposto no Fluxograma 1.

Fluxograma 1: Perfil sociodemográfico das beneficiárias do PBF



Elaborado pelos autores

Sobressaíram, ainda, alguns dados relevantes, como: 55% são protestantes/evangélicas (34 respostas), 31% católicas (19 respostas), 10% não segue religião (6 respostas) e 4% são espíritas (3 respostas) - 62 respostas no total; 47% declarou não ter renda (30 respostas), 28% recebe até um salário mínimo (18 respostas) e 25% entre um e dois salários mínimos (16 respostas). Notamos que há uma correspondência entre ter um arranjo familiar monoparental feminino e declarar não ter renda. É impressionante notar que este perfil coincide, em boa medida, com as características nacionais pois, como destaca o IBGE (2018), a situação de pobreza é mais grave entre as mulheres pretas ou pardas, sem cônjuge e com filhos de até 14 anos de idade, residentes principalmente nas regiões Nordeste e Norte do Brasil (a maioria das participantes desta pesquisa são migrantes nordestinas).

Com relação aos dados do PBF

Dados fundamentais a essa pesquisa são aqueles relativos ao PBF. Com relação a essa temática, tivemos:

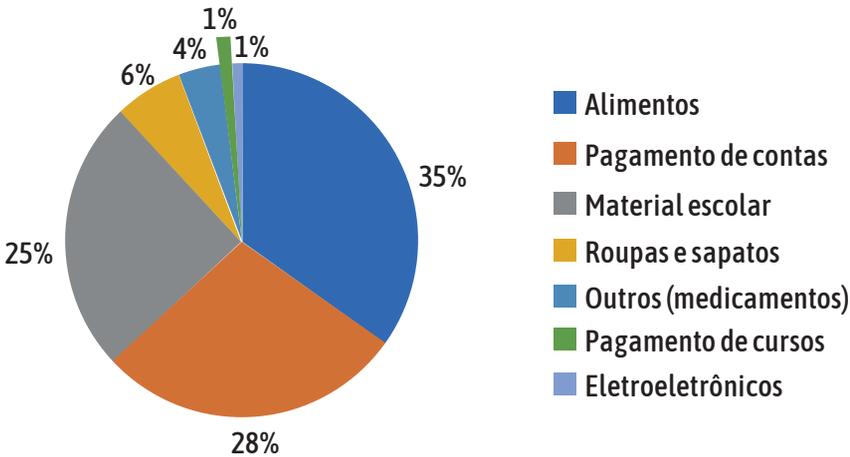
Por meio de 61 respostas, constatamos que 65,5% recebe o Bolsa Família a menos de 5 anos (40 respostas), 24,5% entre 6 e 10 anos (15 respostas), 5% entre 11 e 15 anos (3 respostas), 3% entre 16 e 20 anos (2 respostas) e 2% a mais de 20 anos (1 resposta). Causaram-nos admiração as informações que atestam o recebimento do benefício há mais de 15 anos, mas pensamos que a pessoa pode incluir no seu cálculo outros programas sociais anteriores, como o Bolsa Escola.

Entre essas beneficiárias, 70% não exerce atividade remunerada (45 respostas), 28% exerce atividade remunerada (18 respostas) e 2% não respondeu (1 resposta), somando 64 respostas. Relativamente ao valor recebido pelo Programa, 39% recebe entre R\$ 201 e R\$ 300,00 (25 respostas), 26,5% entre

R\$ 151 e R\$ 200,00 (17 respostas) e, também, a mesma quantidade recebe até R\$ 150,00. E 8% recebe entre R\$ 301 e R\$ 400,00 (5 respostas).

Questionadas sobre como costumam utilizar o dinheiro do Bolsa Família, as participantes puderam indicar mais de uma opção, de modo que, neste item, obtivemos 160 respostas, distribuídas conforme o gráfico 1.

Gráfico 1: Usos do dinheiro recebido pelo Bolsa Família (%)



Elaborado pelos autores

Para 80% das beneficiárias, o recurso do Bolsa contribui para sua permanência no IFG (49 respostas) ao passo em que 15% (9 respostas) declarou que o benefício não contribui para isso, pois o dinheiro não sobra e 5% das respostas foram imprecisas, destacando que o benefício ajuda às vezes em sua estada na escola (3 respostas), contabilizando 61 respostas.

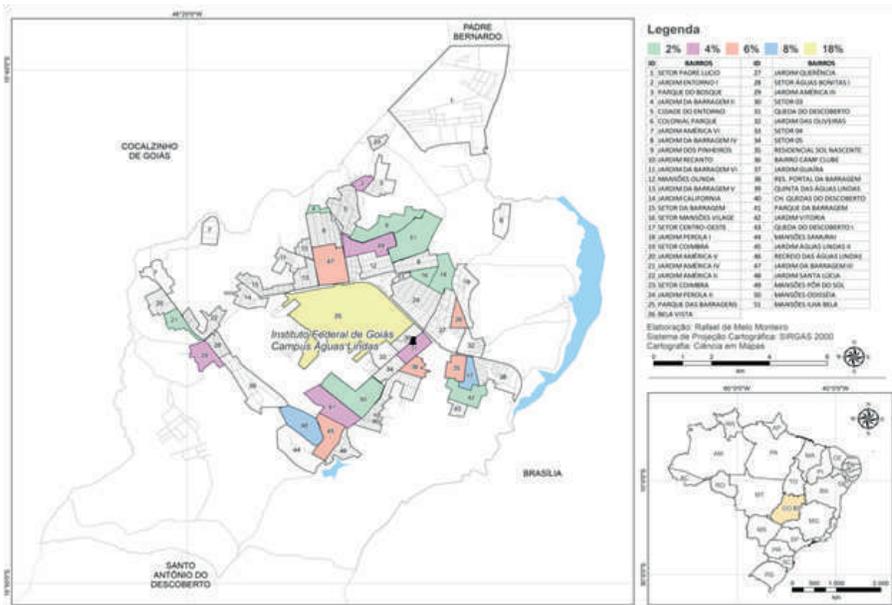
O mapa 1, apresentado adiante, no formato paisagem, aponta a espacialização das beneficiárias no espaço urbano de Águas Lindas, apontando a relação de distância entre o local de moradia e o IFG. É possível notar que boa parte delas estão em setores relativamente próximos à escola, mas outras se encontram em localidades mais distantes. Isso nos parece representativo do esforço delas em desenvolver seus estudos, pois o município possui um transporte coletivo

interno bastante problemático, com horário de funcionamento incerto e reduzido (normalmente, após as 19 horas já não há muitos ônibus circulando e eles não passam exatamente nos mesmos horários), além de que elas vivem em um lugar marcado pela criminalidade, pela violência urbana e pelo feminicídio.

Para 47% das pessoas, o Bolsa Família é um ótimo programa social (30 respostas), 39% considera um bom programa (25 respostas) e 14% regular (9 respostas) (foram 64 respostas). Em 98% dos casos, o Bolsa Família foi apontado como muito importante (63 de 64 respostas) e apenas 2% (1 resposta) considera como pouco importante (essas eram as duas únicas opções para marcação).

Essa informação é significativa, sobretudo porque 76% dessas pessoas já passaram ou ainda passam por privação alimentar (48 respostas) enquanto 24% não passa nem passou por isso (15 respostas). Sobre sofrer discriminação por ser beneficiária do Bolsa Família, 57% nunca sofreu (36 respostas) e 43% já sofreu (27 de um total de 63 respostas). Entretanto, apresentaremos adiante as narrativas feitas por aquelas que passaram por situação de constrangimento. Na maioria dos casos (67%), os colegas ou professores sabem que elas recebem o benefício (42 respostas) enquanto 33% declarou que eles não sabem (21 respostas). Se pudessem, 70% prefeririam sair do Programa Bolsa Família (42 respostas), o que significa que gostariam de ter condições de vida melhores, como um emprego formal que lhes garantisse renda regular; talvez por confusão no momento da resposta ou por desconfiança e receio de perderem o benefício, 30% declarou que deseja continuar precisando do recurso (18 respostas). Sobre a influência do PBF nos seus votos, 97% garantiram que não (61 respostas) e 3% responderam que sim (2 respostas do total de 63).

Mapa 1: Espacialização das beneficiárias do PBF em Águas Lindas



Quanto à origem do recurso, 98% sabe que o Bolsa Família é um programa do governo federal (60 respostas) e somente 2% acredita ser do governo estadual (1 resposta).

Para 34% (43 respostas) o Bolsa Família é um direito social, 29% (37 respostas) garante renda mínima, 14% (18 respostas) é uma política pública que deve ser mantida e, se possível, ampliada, 6% considera um benefício irrelevante por não assegurar mínimas condições de vida (7 respostas) e o mesmo percentual considera um favor do Estado (7 respostas). Para 5% (6 respostas) o Bolsa Família gera acomodação e a permanência das pessoas e 2% acredita ser uma maneira do governo manter as pessoas na pobreza (3 respostas), incentiva o aumento no número de filhos (3 respostas) e também uma forma de perpetuação no poder por parte dos governantes (3 respostas), totalizando 126 respostas, pois era permitido marcar mais de uma opção.

Os comentários sobre o Programa, por parte dos participantes desta pesquisa, podem ser sintetizados conforme o quadro 3:

Quadro 3: Síntese dos comentários sobre o PBF

A necessidade de ampliar a cobertura do Bolsa Família
A importância de um maior rigor e transparência na distribuição do recurso
A fundamental garantia de renda regular mínima
A contribuição com a educação e a profissionalização
A preferência por um emprego formal no lugar da transferência de renda
A afirmação de que o Bolsa Família não acomoda as pessoas

Elaborado pelos autores

Como resposta aberta sobre os episódios de discriminação e constrangimento que vivenciaram por serem beneficiárias do Bolsa Família, selecionamos, dentre 20, alguns deles:

- a) “Que deveria tomar vergonha e procurar um emprego”.
- b) “[...] quem recebe o bolsa é preguiçoso e não trabalha e fica esperando o programa pagar e não procura emprego para ter o próprio dinheiro”.
- c) “Que somos um morto de fome por receber esse benefício”.
- d) “Na fila do caixa ao verem o cartão do bolsa família, me chamaram de passa fome do governo. Não expressei nenhuma reação, porém fiquei constrangida”.
- e) “Nem vai querer trabalhar mais, porque está recebendo a bolsa miséria. Mas sempre trabalho fazendo bico, o que aparece eu faço”.
- f) “Falaram que depois que comecei a receber o benefício eu engraidei três vezes só para ser contemplada com o Bolsa Família”.
- g) “Esses preto vive às custas de bolsa família, vai trabalhar ao invés de ficar nas costas do governo”.
- h) “Já ouvi que esse dinheiro deveria ser cortado, pois acomoda as pessoas”.
- i) “Certa vez uma pessoa me convidou para irmos lanchar, falei que não ia, porém não tinha dinheiro, e ela salientou “você não recebe o Bolsa Família?”, com um tom irônico”.

- j) “As pessoas falam que eu recebo esmola”.
- k) “Que eu era vagabunda, fiquei muito constrangida, os próprios atendedores das lotéricas olha pra gente com desprezo”.
- l) “Que eu não tinha coragem de trabalhar... isso me deixa muito triste, pois não consigo um emprego melhor por falta de estudo”.

Discussão dos resultados

Existe uma correlação entre a percepção docente e a realidade vivida pelas beneficiárias do Bolsa Família. Como exemplo, a constatação, pelos professores, de que a população de Águas Lindas e os estudantes do IFG são de condições socioeconômicas pobres e extremamente pobres se associa com o fato de essas alunas da EJA não possuírem renda, não terem o que comer, não realizarem atividade remunerada, serem beneficiárias do Bolsa Família, recebendo, predominantemente entre R\$ 201,00 e R\$ 300,00, necessitando do benefício para comer, ter água e energia elétrica em casa, estudar e sustentar a família, especialmente porque boa parte delas são monoparentais femininas. Percebemos, de acordo com Rego e Pinzani (2014), que a pobreza é um fenômeno multifacetado, que não se limita à ausência de dinheiro, mas abarca também a impossibilidade de uma vida saudável, o acesso nulo ou irregular à renda derivada de um emprego, a falta de crédito, o trabalho infantil e o abandono escolar, a desigualdade interna às famílias, a invisibilidade e a mudez, a cultura da resignação e a vergonha, entre outros elementos.

Desdobrando três destes itens, nos surpreendeu o fato de muitas destas mulheres terem começado a trabalhar com oito, dez, doze, treze anos, o que pode indicar que elas nasceram em famílias também pobres e, para trabalharem, abandonaram a escola. O que a nossa pesquisa aponta de divergência com a obra de Walquiria Rego e Alessandro Pinzani (2014) é que houve um retorno

destas mulheres para a escola, certamente com o intuito de, além de concluir seus estudos, conseguir um emprego e uma renda regular.

Nosso destaque às desigualdades internas das famílias não é fundamentalmente no sentido de que as mulheres são submetidas a rígidos controles familiares. Ao contrário da pesquisa de Rego e Pinzani (2014), no nosso caso, grande parte das mulheres comanda sozinha as suas famílias, enfrentando a ausência de renda, de qualidade de vida, de possibilidade de desenvolver as suas capacidades, entre outros fatores que caracterizam a pobreza.

Por fim, a vergonha é um sentimento presente nos pobres, uma vez que se sentem culpados por sua condição de pobreza, pois impera na sociedade capitalista o ideal da meritocracia. No entanto, eles/as não possuem condições objetivas de mudarem seu padrão de vida. Predomina uma visão moralizante sobre a pobreza, tratando-a como falha moral e não como um problema estrutural. É por isso que nossas alunas escutam que são vagabundas, que gostam de receber esmolas, que engravidam para ganhar o Bolsa Família, que elas têm preguiça de trabalhar, que são pretas que gostam de viver à custa do governo, entre outras desqualificações, confirmando a pertinência que foi o tratamento da visão moralista da pobreza como um dos temas básicos do curso EPDS.

Os/as professores/as têm razão quando respondem que as condições socioeconômicas impactam o processo educativo dos/as estudantes. A falta de perspectiva para o futuro e a incompreensão do sentido dos estudos não partem de um sujeito abstrato, mas de pessoas que vivenciam a pobreza na família, em casa, no trabalho, na cidade. Qual exemplo próximo será que os/as jovens e adultos/as têm de pessoas que romperam o círculo da pobreza por meio da educação? A precariedade das suas bases linguísticas, sociológicas, culturais aponta a dificuldade de acesso à educação pública de qualidade, que permita ao indivíduo aprender, desenvolver suas potencialidades, se inserir no mundo do trabalho, ampliar seus horizontes culturais, superar a pobreza. O projeto político que não se preocupa com a educação não tem condições de minimizar a pobreza e a desigualdade

social. Não é razoável que os/as jovens e adultos/as deixem de ir à escola e ao estágio por falta de dinheiro, esse direito precisa ser assegurado para eles.

Sobre o Bolsa Família, nota-se, assim, a necessidade de maior articulação entre as políticas públicas que se relacionam neste programa: Educação, Assistência Social e Saúde. Temos docentes que, mesmo tendo a percepção da conjuntura dos/as alunos/as e da região, não sabem das condicionalidades do programa, em especial no que tange a política de Educação (frequência escolar), tampouco, do recorte de renda que caracteriza estes/as alunos/as como pobres ou extremamente pobres.

Apesar de não trabalharem diretamente com a política de Assistência Social, causa estranheza que haja, entre os docentes, ainda que de forma mínima, a percepção de que este programa seja um “favor” do Estado. A Constituição Federal, em seu artigo 205 assegura a Educação como direito de todos e dever do Estado e da família. E em seu artigo 196 ressalta que a Saúde é direito de todos e dever do Estado. Por que seria um programa da política de Assistência Social “um favor” prestado pelo Estado? Esse raciocínio pode indicar a reprodução de uma percepção ainda presente, mesmo entre aqueles com maior acesso à informação e ao conhecimento, de que a Assistência Social é uma ação tradicionalmente paternalista e clientelista do poder público, com um caráter de benesse, associada às primeiras damas, transformando o usuário em “assistido”, “favorecido” e não em um cidadão se apropriando de um direito.

Conforme o entendimento de que o Bolsa Família é uma maneira de políticos ganharem votos e se manterem no poder, podemos pensar como uma crítica ao jogo político que envolve o programa, em que políticos ímprobos se aproveitam do desespero e do desconhecimento dos direitos de uma grande parcela da população para acessar ou manter cargos políticos, e beneficiar pessoas que não necessitam do recurso financeiro, contribuindo, além de tudo, para o estereótipo de que o Bolsa Família é uma fraude e só recebe quem não

precisa. Logo, com tantas fraudes, deveria o programa nem existir, o que é um raciocínio errôneo e injusto.

Dessa maneira, podemos destacar que o corpo docente do IFG/Campus Águas Lindas tem boa compreensão sobre a realidade do município, sobre a condição socioeconômica de seus/as alunos/as e de que a pobreza e a desigualdade social influenciam nos processos educativos que desenvolvem com os/as estudantes. Porém, observamos certa lacuna no conhecimento sobre o Programa, seu público e suas condicionalidades, embora isso não signifique que o corpo docente não saiba que é um programa que atende pessoas em situação de vulnerabilidade social, condição de grande parte dos nossos estudantes e da população agualindense. Podemos indicar, portanto, a necessidade formativa em relação à assistência social, articulada à educação e à saúde e, especificamente, sobre o Programa Bolsa Família como política pública, que tem se revelado, ao longo dos anos, como fundamental para a vida de milhões de pessoas em nosso país.

Considerações Finais

Este capítulo objetivou tratar da aplicação do Projeto Interventivo “A percepção dos/as docentes e das estudantes beneficiárias do PBF acerca dos fenômenos da pobreza e desigualdade social no IFG/Águas Lindas”, no âmbito do curso EPDS. Buscamos articular os conhecimentos adquiridos durante a realização do curso com os dados obtidos na atividade exploratória e percebemos que nesse amálgama entre teoria e prática resvala uma dura realidade social, sobretudo no contexto pesquisado.

A reprodução das desigualdades sociais está intimamente associada à negação de direitos básicos e à manutenção da pobreza. Nos últimos anos, as escolas têm recebido cada vez mais pessoas em situação de pobreza, e, muitos deles/as, são beneficiários/as do Programa Bolsa Família (PBF), que atende cerca de 15 milhões

de famílias brasileiras. Por isso, foi importante compreender a relação entre docentes e estudantes beneficiárias do Programa que estudam no Campus Águas Lindas.

O município de Águas Lindas, integrante da Área Metropolitana de Brasília, conforme destacamos anteriormente, apresenta um percentual considerável de sua população recebendo o Bolsa Família: são 19.402 famílias, o que equivale a 34% da população, se tomarmos como base o total de 159.378 habitantes, que é o número publicado no Censo Demográfico de 2010 do IBGE e tomado como referência pelo Ministério do Desenvolvimento Social. Na Área Metropolitana, comparando com os demais municípios goianos, em termos percentuais, Águas Lindas ocupa o segundo lugar no ranking com maior número de famílias beneficiárias do PBF (34%); em números absolutos, sobe para a primeira posição (as 19.402 famílias) (MDS, 2018). Esse cenário aponta a pertinência e a necessidade de compreender a realidade dessas pessoas que sobrevivem com o recurso do Bolsa, e têm nele uma garantia, ainda que pequena, de renda regular mínima. Nossas alunas da Educação de Jovens e Adultos fazem parte desse número e temos, portanto, condições de fazer alguns apontamentos sobre essa temática, a partir do questionário aplicado.

Pudemos avaliar a percepção e o grau de conhecimento e envolvimento que os docentes possuem em relação à parcela significativa de estudantes em situação de pobreza e extrema pobreza, existente no Campus. Torna-se oportuno desenhar o cenário desta relação entre docentes e estudantes em maior situação de vulnerabilidade social e risco (beneficiários do Programa Bolsa Família), para possibilitar ações e reflexões dos educadores, que proporcionem um novo agir, mais concernente com a realidade social que se apresenta, respondendo, assim, ao modelo educacional proposto pela Rede Federal, que é a educação integral. Educação Integral é uma concepção que compreende que a educação deve garantir o desenvolvimento dos sujeitos em todas as suas dimensões – intelectual, física, emocional, social e cultural e se constituir como

projeto coletivo, compartilhado por crianças, jovens, famílias, educadores/as, gestores/as e comunidades locais.

Tanto os/as pobres, em seus lugares de vida, quanto o Bolsa Família são estigmatizados e deslegitimados socialmente, incidindo sobre eles/as os rótulos de preguiçosos, perigosos, sustentados pelo dinheiro recebido, procriadores à procura de aumentar o benefício, entre outros infelizes discursos. A despeito das polêmicas envolvendo as condicionalidades cobradas pelo programa Bolsa Família (a frequência escolar, por exemplo), entendemos, junto com intelectuais e pesquisadores da temática, que o programa deve ser mantido, garantido e, se possível, ampliado. Nesse sentido, é importante compreender a relação entre Educação e o Programa, com ênfase em suas beneficiárias, sendo possível avaliar o papel do PBF no cumprimento de suas condicionalidades, em especial a frequência escolar e a permanência na escola das crianças, adolescentes e jovens.

Ressalta-se, também, a necessidade de formação continuada tanto para docentes quanto para discentes com a temática da pobreza e da desigualdade social, a fim de diminuir a invisibilidade dos/as estudantes em situação de pobreza, conforme constatado, e para que esses/as mesmos/as estudantes transcendam a visão moralista que parte da sociedade lhes destina. Aos docentes cabe, ainda, o papel de, nos espaços formativos em que atuam, contribuir com a formação de uma consciência crítica que propicie aos estudantes entenderem as razões históricas para sua condição de pobreza na esperança de que, por meio da organização política, lutem superar a pobreza.

Referências

ARROYO, Miguel Gonzales. **Pobreza, desigualdades e educação**. Módulo Introdutório. Curso de Especialização em Educação, pobreza e desigualdade social. Brasília, DF: MEC, 2015. Disponível em: <<http://catalogo.egpbf.mec.gov.br/>>. Acesso em: 23 ago. 2018.

BOURDIEU, Pierre. **As regras da Arte**. São Paulo: Cia. das Letras, 2000. Disponível em: <<https://teoliteraria.wordpress.com/2013/02/16/as-regras-da-arte-de-pierre-bourdieu-download/>>. Acesso em: 01 set. 2018.

COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, 2014. **Nota técnica n. 01/2014 - Delimitação do espaço metropolitano de Brasília (Área Metropolitana de Brasília)**. Disponível em:<www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/03/Delimitação-do-Espaço-Metropolitano-de-Brasília-AMB.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2018.

IBGE, 2018. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 17 ago. 2018.
_____. **Cidades**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br>>. Acesso em: 17 ago. 2018.

_____. **Um quarto da população vive com menos de R\$ 387,00 por mês**. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/18825-um-quarto-da-populacao-vive-com-menos-de-r-387-por-mes>>. Acesso em: 02 out. 2018.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Brasil em desenvolvimento**: Estado, planejamento e políticas públicas. Brasília: Ipea, 2017.

Lei nº 10.836/2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20042006/2004/Lei/L10.836.htm>. Acesso em: 23 ago. 2018.

MENDONÇA, Erasto Fortes. **Pobreza, direitos humanos, justiça e educação**. Módulo II. Curso de Especialização em Educação, pobreza e desigualdade social. Brasília, DF: MEC, 2015. Disponível em: <<http://catalogo.egpbf.mec.gov.br/>>. Acesso em: 23 ago. 2018.

LEITE, Lúcia. **Escola: Espaços e Tempos de Reprodução e Resistência da Pobreza**. Módulo III. Curso de Especialização: Pobreza, Educação e Desigualdade Social. Brasília, DF: MEC, 2015. Disponível em: <<http://catalogo.egpbf.mec.gov.br/>>. Acesso em: 23 ago. 2018.

MELLO, Marcelo de. Brasília e Águas Lindas de Goiás: consenso e dissenso na produção de corpos. **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 7, n. 2, p. 213-232, ago. 2013.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2018. Disponível em: <mds.gov.br/bolsafamilia>. Acesso em: 19 ago. 2018.

OBSERVATÓRIO DO MUNDO DO TRABALHO. **Estudo de implantação – Relatório de estudo/pesquisa natural, social, econômica e educacional da microrregião Entorno de Brasília, do município de Águas Lindas de Goiás e sua região limítrofe**. Goiânia, 2013.

REGO, Walquiria Leão; PINZANI, Alessandro. **Pobreza e cidadania**. Módulo I. Curso de Especialização em Educação, pobreza e desigualdade social. Brasília, DF: MEC, 2015. Disponível em: <<http://catalogo.egpbf.mec.gov.br/>>. Acesso em: 23 ago. 2018.

_____. **Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania**. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

SUAP/Assistência Estudantil /IFG, 2018. Disponível em: <<https://suap.ifg.edu.br/>>. Acesso em: 14 set. 2018.

SOUZA, Pedro H. G.; MEDEIROS, Marcelo. **The Concentration of Income at the Top in Brazil, 2006-2014**. Working Paper, n. 163. Brasília: Centro Internacional de Política para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG), 2017.